

Política

CONSTITUINTE

Agora, o governador Orestes Quéricia aposta na vitória dos 5 anos

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

"Feliz com a vitória do presidencialismo", como disse ontem, e com a aprovação do mandato de cinco anos para os futuros presidentes, o governador paulista, Orestes Quéricia, volta agora sua atenção para que a Constituinte aprove também cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. Quéricia negou que o governo federal tenha pressionado os constituintes na votação de terça-feira e disse não acreditar que o senador Fernando Henrique Cardoso deixe o PMDB.

"A tendência agora é pelos cinco anos", declarou Quéricia, um candidato em potencial à Presidência da República, na hipótese de haver eleições apenas em 1989, pois esse seria o tempo politicamente ideal para que ele deixasse o governo de São Paulo. Ontem, entretanto, o governador reafirmou que não irá trabalhar "nem pelos quatro

nem pelos cinco anos de mandato" para Sarney. Quéricia citou a adesão do PT ao presidencialismo para justificar que nem o governo federal nem os ministros militares tenham feito pressões ou concedido favores aos constituintes em troca da aprovação do sistema presidencialista e dos cinco anos de mandato para os sucessores de Sarney. "O deputado Luiz Ignácio Luia da Silva e seus companheiros do PT também votaram a favor do presidencialismo e eu acredito que o governo não deu nada para eles", disse o governador.

Segundo ele, "talvez tenha havido pressão democrática de convencimento", uma arma que o próprio Quéricia usou sobre a bancada paulista na Constituinte. Ontem, o governador admitiu que alguns constituintes de São Paulo "acabaram atendendo ao meu pedido" e mudaram de posição, passando de parlamentaristas a presidencialistas.

"Sarney não tem mais do que reclamar", diz Amato

por Heinar Gonçalves de São Paulo

"Queremos que o presidente José Sarney assuma por inteiro suas responsabilidades", declarou ontem o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato. Referindo-se à vitória política de Sarney com a aprovação do presidencialismo e do mandato presidencial de cinco anos pela Assembleia Constituinte, Amato disse que "ele não tem mais do que reclamar. O poder político estabeleceu regras claras que permitirão ao governo atuar com segurança e cumprir os compromissos já assumidos com a Nação. Não queremos nada mais que isso".

Amato fez essas declarações durante entrevista coletiva realizada ontem na sede da FIESP, onde leu uma nota na qual a entidade cobra do presidente Sarney "a execução de medidas energéticas que ainda não foram implementadas sob a alegação da indefinição política". A nota enfatiza a importância do combate ao déficit público, "através de modernização, moralização e contenção dos excessos na administração pública".

Outras medidas urgentes necessárias, segundo a nota da FIESP, são a contenção do intervencionismo estatal na economia, o equacionamento da dívida externa, a definição de regras estáveis para a economia e a formulação de um pacto social, onde o gover-

"Dois anos para mudar a economia do País"

por Riomar Trindade de Brasília

O governador José Sarney ganhou "cacife" com as decisões da Constituinte de terça-feira, para assumir o comando da economia e adotar as medidas que julgar necessárias para reverter o atual quadro econômico. Essa opinião foi manifestada a este jornal ontem pelos deputados Delim Netto (PDS-SP) e José Serra (PMDB-SP), um dia depois de início de semana com alguns grandes bancos procurando antecipar a captação de recursos através da venda de títulos aos investidores temendo que estes papéis percam mercado com a entrada das OTN em circulação.

Os bancos de modo geral não estão revelando intenção de ampliar consideravelmente a venda de papéis, no entanto, como os juros nominais cairam abaixo de 10% ao ano nas últimas semanas, qualquer pressão um pouco maior de venda é mais que suficiente para alimentar a tendência de alta dos juros.

Os operadores não desconhecem que o retorno das OTN ao mercado é, em parte, estratégia do Banco Central para forçar a elevação dos juros e, indiretamente, um caminho para restringir a liquidez da economia animando os investidores a comprar novos lotes de títulos.

INTERBANCÁRIO
Ontem, grandes bancos emitiam CDB com prazo de 60 dias oferecendo juros de 8 a 9% brutos ao ano mais a variação da OTN fiscal. Isto significa cerca de um ponto percentual a mais sobre a taxa praticada no final da semana passada.

PLANO DE EMERGÊNCIA
Já o deputado Francisco

Dornelles (PFL-RJ), primeiro ministro da Fazenda do governo Sarney, salienta que a situação atual da economia exige a adoção de um "plano econômico de emergência", definindo com clareza as políticas para as áreas fiscal, monetária, salarial, de preços e abastecimento, bem como a "linha a ser seguida no campo externo". Na opinião de Dornelles, o quadro atual é indicador de hiperinflação, observando ainda que a queda de investimentos "é uma realidade".

"O crescimento do produto industrial em 1987 mostra que caminhamos para a recessão", disse Dornelles, acrescentando que "a área externa exige negociação competente, pois se não tivermos ingresso de recursos, a curto prazo, a situação ficará muito difícil." Dornelles acredita que, quando o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, decidiu voltar a pagar os juros da dívida externa, contava com a entrada de recursos externos. Segundo ele, o ingresso de "dinheiro novo" somente será possível se o governo definir claramente as linhas gerais da política econômica que pretende colocar em execução.

METALÚRGICOS — O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antonio Medeiros, disse ontem que a opção da Constituinte pelo presidencialismo e cinco anos de mandato presidencial foi "uma decisão inteligente", porque não dá "para fazer o parlamentarismo sem voto distrital, sem uma burocracia permanente e com esse empurramento político que existe no Brasil".

Dissidentes ameaçam deixar o PMDB e abrem crise no partido

por Zanoni Antunes de Brasília

"A setença tem apelação?", indagou ontem o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte do PMDB, ao grupo de oito parlamentares da bancada mineira, liderado pelo deputado Pimenta da Veiga, que esteve em seu gabinete, no começo da noite, para comunicar o desligamento do partido. Insatisfeito com a atuação do PMDB nas votações de terça-feira última, o grupo mineiro poderá desencadear uma debandada nas fileiras pemedebistas.

Já no final da tarde de ontem dois constituintes haviam anunciado a disposição de abandonar o PMDB. Os pernambucanos Fernando Lyra, ex-ministro da Justiça e Tancredo Neves, e Cristina Tavares, ligada à corrente "histórica" do partido. Em

comum, todos eles manifestaram o desagrado com a atuação da legenda nas votações de terça-feira, quando o PMDB optou pelo sistema presidencialista e pelo mandato de cinco anos.

A bancada do PMDB do Distrito Federal no Congresso, composta de seis constituintes, poderá ficar reduzida à metade. O senador Pompeu de Souza e os deputados Sigmaringa Seixas e Geraldo Campos, poderão engrossar nos próximos dias a lista dos dissidentes. "É impossível conviver com essa promiscuidade", desabafou o senador Pompeu de Souza.

O deputado Ulysses Guimarães tentou conter a dissidência dentro do partido, menos de vinte e quatro horas depois da derrota imposta ao PMDB pelo Palácio do Planalto, fazendo um apelo à unidade partidária. "Um partido grande como

o nosso pode ter naturalmente pessoas que saem e que entram, mas eu acredito na unidade", afirmou o presidente do PMDB antes de ser procurado pelos dissidentes mineiros.

Alguns pemedebistas censuraram a atitude dos constituintes descontentes, classificando-a de "precipitada". O deputado Maurício Fruet do Paraná, por exemplo, lembrou que o partido realizará neste final de semana convenções municipais em todo o País. "As bases partidárias retirão o apoio a qualquer parlamentar que anunciar a sua saída do partido". Os oito constituintes mineiros que anunciaram o desligamento são: Roberto Brant, Pimenta da Veiga, Carlos Cotta, Octávio Elisio, Mauro Campos, Ziza Valadares, Célio de Castro e Carlos Mosconi.

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do

PMDB no Senado, que após a votação de terça-feira última chegou a anunciar a sua saída do partido, voltou atrás na sua decisão. Fernando Henrique disse que ficará no PMDB até as votações das "disposições transitórias" (votação do mandato do presidente José Sarney). Caso o plenário da Constituinte confirme o mandato de cinco anos, deixará o partido.

O grupo dos dissidentes mineiros anunciará hoje, através de um discurso do deputado Pimenta da Veiga, a decisão de abandonar o partido. "Nós estamos dando uma resposta política."

Não dá para ficar mais no PMDB", justificou Célio de Castro. "No momento em que se vêem companheiros vendendo suas posições e o partido votando contra a vontade das ruas, a opção é sair", completou Octávio Elisio.

"Acho que minha geração política não tem mais o que fazer", diz Simon

por Flávio Porcello de Porto Alegre

O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, defensor do parlamentarismo, lamentou ontem a manutenção do sistema presidencialista de governo, acentuando que "o futuro vai mostrar como foi errada esta decisão". Para Simon, "o Brasil vai continuar vivendo crises e instabilidades políticas, pois isto é típico de um sistema como o presidencialismo".

Mostrando-se abatido com a derrota do parlamentarismo, Simon foi incisivo na avaliação: "acho que a minha geração política não tem mais o que fazer, perdemos a oportunidade de mudar a história do Brasil. Agora, só quem poderá mudar alguma coisa serão nossos filhos, nossos netos". Ao apontar as crises características do presidencialismo, ele lembrou fatos de sua trajetória política: "Quando menino eu fui dormir tendo Getúlio Vargas como presidente e levantei com Café Filho no poder; já iniciante na política, dormi tendo Jânio na presidência e acordei com uma junta militar governando o País; e agora, recentemente, fui dormir ministro do Tancredo e acordei ministro do Sarney. Um suicídio, uma renúncia e uma doença incurável que levou o presidente à morte."

Só num sistema presidencialista para isto acontecer."

O governador gaúcho, forte aliado do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, admitiu que a vitória por 344 votos a 212 no plenário da Constituinte, "reforça o governo Sarney. Ele agora tem autonomia total. Está com as rédeas nas mãos". Indagado sobre o futuro dos ministros fiéis a Ulysses no governo, Simon foi rápido na resposta: "os cargos de ministros são



Pedro Simon

do presidente. Ele põe e tira quem quiser".

O governador gaúcho também projetou o futuro do PMDB: "Acho que o partido vai perder gente, pela direita e pela esquerda. Mas não creio que o momento de sair seja agora. Devemos esperar a convenção nacional e aí definir os rumos".

Simon admitiu também que a vitória do presidencialismo garante a Sarney o mandato de cinco anos e reagiu a uma pergunta sobre eleições diretas recomendando prudência: "Eu sou defensor das diretas, mas alerto que é preciso ter cuidado. Não será uma eleição direta, especialmente neste sistema presidencialista, que resolverá os graves problemas da nação".

O governador evitou fazer projeções sobre o futuro do País, assinalando que "ainda é cedo para avaliações mais completas". Ressaltou que o importante agora seria uma união de forças em torno de objetivos comuns "como a dívida externa e os graves problemas econômicos nacionais". Só que a iniciativa, frisou o governador, "tem que partir do presidente José Sarney. Ele tem que pedir esta união, se é que a quer".

Pires pede renúncia de ministros

por Cecília Pires de Brasília

O governador da Bahia, Waldir Pires, estava decidido ontem à noite, a procurar o presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, para tentar convencê-lo de que os ministros mais ligados a ele, Ulysses, e comprometidos mais estreitamente com as teses do partido, devem sair imediatamente do governo. São três, na opinião de Waldir, estes ministros: Renato Archer, da Previdência, Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia e Celso Furtado, da Cultura. O governador baiano ainda procuraria os três ministros ontem à noite, para defender a mesma tese.

Como segunda parte da estratégia destinada a orientar os próximos passos do "grupo histórico" do PMDB, derrotado depois da aprovação do presidencialismo com cinco anos de mandato, Waldir selou, com as principais lideranças deste segmento, a formação de uma dissidência, que será oficializada hoje, ou nos próximos dias, com a criação de um bloco partidário.

"O governador Waldir Pires acha que não há mais motivos para se lutar pela unidade do PMDB", contou o secretário do governo baiano, Jutahy Júnior. O grupo "histórico" do PMDB ouviu ainda de Waldir Pires que a saída do partido, agora, para a formação da nova sigla, seria um erro político. "Esta atitude, neste instante, é precipitada e só dará satisfação ao presidente Sarney, que deseja ver o partido desunido", disse o deputado Maurício Fruet (PMDB-PR).

149 pemedebistas votam "sim"

por Riomar Trindade de Brasília

Os números são incontestáveis. O PMDB, majoritário na Assembleia Nacional Constituinte (bancada de 298 parlamentares), foi o partido que mais contribuiu com votos tanto para a aprovação do presidencialismo como sistema de governo, quanto para a definição de mandato de cinco anos para os futuros presidentes da República.

Ontem, as lideranças do PT (partido acusado por parlamentares do PMDB, como

Robson Marinho e Ronan Rito, e do PC do B, como Haroldo Lima e Eduardo Bonfim, de ter ajudado a derrotar o parlamentarismo), distribuíram aos jornalistas os números da votação da bancada pemedebista obtidos na secretaria geral do PMDB.

Um total de 149 parlamentares pemedebistas votaram "sim", isto é, pela aprovação da emenda presidencialista do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), enquanto 147 votaram "não" (pela sua rejeição) e houve duas ausências: as de Ulysses Guim-

arães e de Luiz Roberto Andrade Ponte.

Um total de 154 parlamentares do PMDB manifestaram-se favoráveis ao mandato de cinco anos para os futuros presidentes da República e outros 122 optaram pelos quatro anos (no caso, votaram a favor do desquite do deputado Brandão Monteiro, que pretendia retirar do texto da emenda Lucena a fixação de mandato de cinco anos para os futuros presidentes). Ulysses absteve-se e os restantes não estavam em plenário para votar.

O presidente prepara mudanças

por Mariângela Homu de Brasília

Além das medidas econômicas drásticas, que adotará com a preocupação de reduzir o déficit público, antes mesmo da Semana Santa, o governo começou a estudar projetos antigos de extinção e fusão de ministérios e órgãos federais. A primeira reunião de avaliação de tais projetos foi realizada ontem mesmo, entre funcionários do segundo escalão.

Se aprovados e implementados, eles poderão modificar a face da administração pública no País, com reflexos diretos no esquema de sustentação política que o presidente José Sarney está tentando consolidar desde a tarde de terça-feira, quando a Assembleia Constituinte aprovou, com seu apoio, o sistema presidencialista e o mandato presidencial de cinco anos.

A principal modificação em estudo atingiria, se implementada logo, dois dos principais aliados políticos do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, com o objetivo de fortalecer lideranças políticas que ajudaram e ainda poderão ajudar o governo a vencer. Seriam fundidos, por exemplo, os Ministérios da Cultura — dirigido por Celso Furtado, do PMDB — e da Ciência e Tecnologia, chefiado por Luiz Henrique — outro pemedebista ligado a Ulysses.

da Indústria e do Comércio. Desta maneira, setores mais conservadores do governo teriam sob seu rigoroso controle a SEI.

Ontem, durante toda a tarde, o governo esperou que se confirmassem as informações, vindas do Congresso, de que os ministros Renato Archer, da Previdência Social; Celso Furtado, da Cultura; e Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia, se demitiriam de suas funções. Consultado, o Palácio do Planalto negou que tivesse recebido pedidos de demissão e o porta-voz do governo, Antônio Carlos Drummond, negou a intenção do governo de demití-los.

"A ideia é fortalecer as Forças que ajudam o governo. Quem agir de acordo com as instruções do go-

verno, fica. Quem desobedecer as instruções, vai embora", afirmou um assessor presidencial. "E agora ou nunca. Se o presidente não fizer desta vez, não fará mais", afirmou o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho. "Ele agora governará com o pessoal dele", disse o deputado pemedebista Antônio Brito.

Além da fusão de órgãos, o governo estuda a redução de seus ministérios e secretarias. O ministro da Administração, Aluizio Alves, por exemplo, poderá deixar o governo e a secretaria que dirige deverá ser absorvida pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Aluizio Alves não faz parte do grupo de políticos que o governo prefere ver afastados

de seus quadros. Ele foi um dos primeiros amigos do presidente a cumprimentá-lo no Palácio do Planalto depois da aprovação do presidencialismo pela Constituinte.

Ulysses duvida de que Fernando Henrique saia

O presidente José Sarney e o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, não falaram sobre política no primeiro encontro após a aprovação da emenda presidencialista. "Eu insisti para que ele não viesse, mas ele fez questão de comparecer à base aérea", justificou o presidente do PMDB, logo após ser cumprimentado por Sarney. Ontem pela manhã, Sarney colocou à disposição da família Guimarães um jatinho da Presidência da República para transportar, para São Paulo, dona Mora, esposa de Ulysses Guimarães, que na noite anterior havia fraturado o colo do fêmur, e o embarque dela propiciou o encontro dos dois líderes.

Em rápida entrevista, Ulysses disse não acreditar na possível saída do PMDB do senador paulista Fernando Henrique Cardoso, o que poderá gerar uma revolta de pemedebistas para outros ou novos partidos. "Eu não sei se ele vai sair. Eu não acredito nessa versão. Se depender de mim, não sairá", explicou.

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que transmitiu à imprensa notícias sobre dona Mora, disse, ainda na base aérea, que é "preciso evitar precipitações, porque o momento é de refletir sobre os caminhos para melhorar o País", referindo-se à iminência de uma reforma ministerial desencadeada pelo Palácio do Planalto.

que os deputados Carlos Santana, Prisco Viana, hoje ministro do Desenvolvimento Urbano e Milton Barbosa, não fazem mais parte da aliança que elegeu Waldir.

A dissidência a ser aberta no PMDB dentro do Congresso é comandada, a partir dali, por um governador. Abre-se ainda o foco do "racha" partidário para um segmento que, até então, constituía o principal sustentáculo de Ulysses Guimarães, os governadores. Segundo a análise de uma liderança dos "históricos", o grupo de governadores que se manteve fiel a Ulysses e se absteve de trabalhar pelas teses do Planalto, ficou reduzido — Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, Miguel Arraes, de Pernambuco, Waldir Pires, da Bahia, Fernando Collor, de Alagoas, Carlos Bezerra, de Mato Grosso, constituem, hoje, a peça de resistência do PMDB preconizada pelos "históricos", pela qual eles ainda tentarão lutar.

Sessão suspensa e votações paralisadas

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Sem que nada tivesse sido aprovado, e duas horas antes do prazo, o presidente da Assembleia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), suspendeu a sessão de ontem.

A suspensão foi pedida pelos próprios constituintes. A aprovação da emenda presidencialista, encabeçada pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB) deixou o plenário confuso. Ao mesmo tempo que estabelece o sistema presidencialista de governo, a emenda prevê a moção de censura a ministro de Estado, uma figura típica do parlamentarismo.

O adiamento das votações, que se reiniciam hoje, foi para que se façam ajustes nas emendas que deverão ser apresentadas ao texto básico já aprovado. Para tanto, estavam programadas reuniões na noite de ontem e na manhã de hoje.

Na sessão de ontem, estava prevista a apreciação, entre outras, das emendas

do deputado Eduardo Bonfim (PC do B) reduzindo de dois terços para maioria absoluta, o quórum necessário para aprovação da moção de censura e a do deputado Manoel Moreira, criando a figura do "primeiro-ministro coordenador", que terá por função, além de auxiliar o presidente na direção da política geral de governo, coordenar as atividades administrativas do Poder Executivo a ele delegadas.

Essa emenda divide os constituintes. Os presidencialistas não aceitam a sua inclusão, porque ela desfigura o sistema. Porém, na avaliação do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), a apreciação da proposta de Manoel Moreira foi um compromisso assumido quando da fusão da emenda presidencialista. Ele considera que muitos parlamentaristas que votaram contra a emenda presidencialista podem aprovar a figura do "primeiro-ministro coordenador". As bancadas do PDT e PT, que assinaram a fusão, já comunicaram que não votarão a emenda.